

HABEAS CORPUS Nº 548.808 - MG (2019/0358010-5)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**
PACIENTE : **F A DA F**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado pelo Ministério Público do Estado de Minas Geias contra acórdão do Tribunal de Justiça mineiro, assim ementado (e-STJ fl. 66):

EMENTA: CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA - ESTUPRO DE VULNERÁVEL - VÍTIMA ADOLESCENTE DO SEXO FEMININO - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CARACTERIZADA - IRRELEVÂNCIA DA IDADE DA VÍTIMA - COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITANTE. Restando caracterizada uma das formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente do fato da vítima ser menor de idade, compete à Vara Criminal Comum o processamento e julgamento do feito, nos termos do aue dispõe o art 33 da Lei n.º 11.340/06.

No presente *writ*, sustenta o Ministério Público mineiro que a Corte local suprimiu da competência do Juiz Natural da Causa (1ª Vara Criminal Especializada da Infância e Juventude de Araguari/MG) o processo e julgamento de delito de estupro de vulnerável, por não se tratar de violência de gênero (mulher), não ensejando, portanto, a aplicação da Lei Maria da Penha.

Sustenta que, além de negar ao paciente o direito ao julgamento perante o Juízo Natural, retira da vítima a incidência do Estatuto da Criança e do Adolescente, com as alterações realizadas pela Lei n. 13.431/2017.

Ao final, requer a concessão da medida liminar para suspender o feito. No mérito, requer seja fixada a competência da 1ª Vara Criminal Especializada da Infância e Juventude de Araguari/MG para processar e julgar o feito.

É o relatório. Decido.

A liberdade de locomoção do indivíduo, independentemente dos transtornos dos procedimentos, da gravidade dos fatos criminosos, há muito ocupa lugar de destaque na escala de valores tutelados pelo Direito, razão pela qual sempre mereceu especial tratamento nos ordenamentos jurídicos das sociedades civilizadas.

Entre nós, com os parâmetros que lhe dá a Constituição e o Código de Processo Penal, é reconhecida a garantia constitucional do *habeas corpus*, criado com o objetivo de evitar ou fazer cessar violência ou coação à liberdade de locomoção decorrente de ilegalidade ou abuso de poder. Nesse contexto, ressaltou Pontes de Miranda "que a liberdade pessoal é a liberdade física: *ius manendi ambulandi, eundi ultro citroque*; e sua extensão coincide com a aplicabilidade do *habeas corpus*, remédio extraordinário, que se instituíra para fazer cessar, de pronto e imediatamente, a prisão ou o constrangimento ilegal" (MIRANDA. Pontes de. Comentários à Constituição de 1967. São Paulo. Revista dos Tribunais. 1967).

A Constituição Federal de 1988 manteve a garantia do *habeas corpus* em seu texto, ao destacar no inciso LXVIII do art. 5º que: "conceder-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder". O Código de Processo Penal, no mesmo sentido, dispõe no art. 647, que: "dar-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar na iminência de sofrer violência ou coação ilegal na sua liberdade de ir e vir, salvo nos casos de punição disciplinar".

Sendo assim, o *habeas corpus* é o remédio constitucional voltado ao combate de constrangimento ilegal específico, de ato ou decisão que afete, potencial ou efetivamente, direito líquido e certo do cidadão, com reflexo direto em sua liberdade de locomoção.

Dessa forma, diante da natureza defensiva do *habeas corpus*, o Ministério Público não possui legitimidade para impetrar o remédio constitucional com o fim de discutir a competência para processar e julgar o feito, em especial, porque na espécie sua maior preocupação é a proteção da vítima. Em casos semelhantes, assim decidiu o Superior Tribunal de Justiça:

CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO. PREVALÊNCIA DOS INTERESSES DA ACUSAÇÃO. INADMISSIBILIDADE.

I - A legitimação do Ministério Público para impetrar habeas corpus, garantida pelo art. 564, caput, do CPP, somente pode ser exercida de acordo com a destinação própria daquele instrumento processual, qual seja, a de tutelar a liberdade de locomoção ilicitamente coactada ou ameaçada. (Precedentes do STF e do STJ).

II - Assim sendo, o Ministério Público somente pode impetrar habeas corpus em favor do réu, nunca para satisfazer os interesses, ainda que legítimos, da acusação.

III - In casu, verifica-se a ilegitimidade do Parquet para a impetração de habeas corpus perante o e. Tribunal a quo, uma vez que não visava tutelar o direito ambulatorial do paciente, mas sim a obtenção, por via reflexa, de decisão favorável ao interesse da acusação, qual seja, o modo de inquirição das testemunhas.

Ordem denegada.

(HC 157.001/DF, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 12/08/2010, DJe 20/09/2010)

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. MINISTÉRIO PÚBLICO. IMPETRAÇÃO DE HABEAS CORPUS OBJETIVANDO O RECONHECIMENTO DA INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO PROCESSANTE. ILEGITIMIDADE. AUSÊNCIA DE TUTELA DA LIBERDADE DE LOCOMOÇÃO DO PACIENTE.

1. A teor do entendimento desta Corte, "a legitimação do Ministério Público para impetrar habeas corpus, garantida pelo art. 654, caput, do CPP, somente pode ser exercida de acordo

com a destinação própria daquele instrumento processual, qual seja, a de tutelar a liberdade de locomoção ilicitamente coarctada ou ameaçada. Vale dizer: o Ministério Público somente pode impetrar habeas corpus em favor do réu, nunca para satisfazer os interesses, ainda que legítimos, da acusação." (HC n.º 22.216/RS, Quinta Turma, Relator Ministro FELIX FISCHER, DJ de 10/03/2003.)

2. Na hipótese, o Ministério Público impetrou habeas corpus perante o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte visando obter o reconhecimento da incompetência absoluta do Juízo de Direito da 11ª Vara Criminal da Comarca de Natal/RN para processar e julgar a ação penal movida contra o ora Paciente, pela suposta prática do crime de atentado violento ao pudor.

3. Verifica-se, assim, a ilegitimidade do Parquet para a impetração do habeas corpus perante o Tribunal a quo, uma vez que não visa a tutela da liberdade de locomoção individual do ora Paciente, mas, sim, a obtenção, no interesse da acusação, do reconhecimento da incompetência do Juízo processante, o que se afigura inviável pela via eleita.

4. Recurso desprovido.

(RHC 19.811/RN, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 19/10/2006, DJ 20/11/2006, p. 343)

HC. MINISTÉRIO PÚBLICO. 1º GRAU. LEGITIMIDADE.

O órgão do Ministério Público que atua em primeiro grau de jurisdição não tem legitimidade para interpor habeas corpus perante o Superior Tribunal de Justiça, ademais quando a impetração não se destina a garantir a liberdade de locomoção do paciente, mas favorece interesses da acusação ao objetivar o deslocamento do foro da ação penal da Justiça Militar para a Justiça Comum. Precedente citado: EDcl no REsp 161.128-DF, DJ 14/12/1998. HC 8.663-GO, Rel. Min. Fernando Gonçalves, julgado em 24/6/1999.

Ante o exposto, **indefiro liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Intime-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator